

MOBILIZAÇÃO POLÍTICA E RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESTADO DA PARAÍBA¹

Emmy Lyra Duarte²

Resumo

Neste artigo, resgatamos a origem histórica dos movimentos sociais e das mobilizações políticas e, sua relação com a discussão que permeia sobre a questão agrária no estado da Paraíba. Compreendemos de forma preliminar, como cada movimento/mobilização incorpora na sua luta a questão de gênero ou a preocupação com a mulher rural.

A partir desse objetivo, tentamos construir metodologicamente o foco na análise de dois tipos de organização social e luta pela terra e pela Reforma Agrária: 1) aquelas que incorporam em sua agenda as questões específicas das mulheres trabalhadoras e camponesas ou a discussão da relação de gênero no campo e; 2) aquelas que se organizam acerca da questão da mulher ou da questão de gênero.

Apresentamos dentro do primeiro tipo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, no segundo tipo: o Movimento de Mulheres do Brejo (MMB) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE).

Palavras-chave: Questão Agrária, Movimentos Sociais, Gênero.

¹ Este artigo faz parte dos resultados preliminares da pesquisa de mestrado em andamento junto ao PPGG – UFPB, intitulada “*Questão Agrária, Relações de Gênero e Mobilização Social: Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais na Paraíba*”, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Franco Garcia - PPGG/UFPB – email: mmartillo@gmail.com.

² Bacharel em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba; Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba; Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - CEGeT/PB e da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidades da América Latina – REGGSAL. Email: emmy.lyra@gmail.com.

Introdução

Este artigo tem como objetivo um levantamento preliminar da discussão acerca dos movimentos sociais e organizações políticas que atuam no Brasil, especificamente no estado da Paraíba e, faz parte do levantamento teórico para a pesquisa de mestrado intitulada “*Questão Agrária, Relações de Gênero, Lutas e Mobilização Social: Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais na Paraíba*”, que está iniciando-se junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB, Campus I.

Esta pesquisa representa a continuidade da nossa pesquisa monográfica intitulada: “*Questão Agrária e Movimento Sindical: As mulheres trabalhadoras rurais do município de Alagoa Grande – PB*”, realizado junto ao Curso de Graduação em Geografia na UFPB, onde foi possível analisar a participação e representação das mulheres na estrutura sindical rural do município de Alagoa Grande em uma das formas de mobilização/ organização da classe trabalhadora no campo, o sindicato rural (STR), em especial do município de Alagoa Grande. Procuramos compreender o significado e o sentido que o sindicalismo rural apresentava na década de 2000 para as trabalhadoras e apreender as implicações que a diferença, e mais concretamente, a desigualdade de gênero tem para as mulheres trabalhadoras rurais, na esfera da mobilização e representação política.

Constatamos que o sindicalismo não é a forma de organização social onde as mulheres se mobilizam por questões propriamente de gênero, o que significa que no espaço agrário essa preocupação estaria invisibilizada. Todavia, nesse mesmo espaço outras formas de representações e mobilizações atuam e congregam trabalhadoras e camponesas. Movimentos e organizações sociais são hoje, a forma de representação e atuação da classe trabalhadora no campo, além dos próprios movimentos de mulheres que historicamente lutam por “seu lugar” na esfera de representação e mobilização política na Paraíba.

A partir dessas constatações, surge a proposta de pesquisa da nossa dissertação de mestrado, onde tentaremos compreender: Como surgem e quais são os movimentos e entidades/organizações de trabalhadoras rurais e camponesas que lutam pela terra e pela Reforma Agrária na Paraíba? Quais são essas entidades e qual é a especialização? Qual o papel que as formas de representação e mobilização política no campo, especificamente os movimentos sociais, têm para as mulheres trabalhadoras rurais no estado? Quais são as propostas de desenvolvimento para o campo desses movimentos e como a mulher trabalhadora

rural comparece nelas? Quais os motivos que levam essas mulheres a se mobilizarem e construir espaços de representação política onde a condição feminina das trabalhadoras e seja central? Qual é a pauta das suas reivindicações específicas? O que muda e o que permanece nas relações sociais nos espaços de vida e de trabalho que cotidianamente essas mulheres convivem, após a sua participação nos movimentos sociais?

No decorrer deste artigo, discutiremos sobre a questão agrária e a formação dos movimentos sociais no Brasil e especificamente na Paraíba. Apontamos alguns dos movimentos sociais e mobilizações políticas que fazem parte do processo de luta pela terra e qual a abordagem com relação à problemática de gênero dentro de cada movimento/mobilização.

Questão Agrária e Movimentos Sociais Rurais: uma breve discussão

A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo, que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos e, é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da sujeição da renda da terra ao capital.

É na diferenciação econômica que prevalece a sujeição e a resistência do campesinato à lógica do capital e por essa razão, Oliveira (2001) afirma que a questão agrária gera continuamente conflitualidades, pois é um movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do monopólio do território camponês pelo capital. O autor ainda afirma que:

O processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil está marcado contraditoriamente pelo processo desigual, que ao mesmo tempo em que amplia o trabalho assalariado no campo, amplia igual e contraditoriamente o domínio do trabalho familiar camponês. Esse processo tem aberto para duas formas de produzir no campo em espaços distintos de domínio, o familiar nas pequenas unidades camponesas e o assalariado nas grandes unidades capitalistas. (p. 44)

É nesse sentido, que em pleno século XXI, o quadro agrário brasileiro tem perpetuado ao longo do tempo um panorama complexo e contraditório, onde a ordem tem sido a luta e os conflitos por terra. A questão agrária brasileira está intimamente ligada ao processo histórico de colonização do país, iniciando com o processo de distribuição de grandes extensões

de terra como as sesmarias e com o agravamento da concentração de terras no país na criação da denominada Lei de Terras de 1850, que transformou a terra em mercadoria.

Esse quadro de concentração de terras e de capitais foi fortemente agravado no período do Pós-Guerra com a implantação, na década de 1960, do modelo de modernização econômica da agricultura que impôs aos trabalhadores rurais a lógica, segundo a qual, a simples posse da terra não garante a reprodução das unidades produtivas familiares.

Segundo Oliveira (2001): "(...) a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos - sobretudo do Centro-Sul do país - em proprietários de terra, em latifundiários." (p. 186)

Esse modelo de modernização privilegiou as empresas capitalistas em detrimento da agricultura camponesa, com a introdução de máquinas e insumos químicos. Ocasionalmente ocasionou uma desarticulação da lógica tradicional camponesa baseada na mão-de-obra familiar como unidade de produção e da produção direta de parte dos meios necessários à subsistência, seja produzindo alimentos para o autoconsumo, seja produzindo alimentos ou outras mercadorias para a venda.

Segundo Moreira e Targino (1997), além da expansão da agricultura capitalista, as transformações ocorridas na base técnica de produção levaram à mudanças significativas nas relações sociais de produção, em particular, com o avanço do assalariamento no campo.

Atualmente, na forma do agronegócio, vem agravando ainda mais os números da estrutura fundiária brasileira e, conseqüentemente, aprofundando as condições de sobrevivência dos camponeses na marginalidade social e econômica. Nesse processo de desenvolvimento no campo, o camponês, dono da terra de trabalho e dos meios de produção, é progressivamente expropriado pelo desenvolvimento das forças produtivas e da lógica capitalista no campo. Assim, o camponês sem terra transforma-se em trabalhador assalariado.

Em resposta à esse modelo de desenvolvimento do campo brasileiro e partindo de sua condição material – expropriados da terra - é que os camponeses organizam-se politicamente com o objetivo de (re)conquistar sua terra de trabalho. Assim, o campesinato e, sem dúvida, os movimentos sociais no campo, marcam o território por uma relação não capitalista de produção.

Assim, analisar os movimentos sociais do campo sob o prisma da geografia é estudar a (re)configuração espacial que estes tomam em suas lutas pela apropriação dos espaços e a conquista de novos territórios. Segundo Fernandes (2000):

Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas. Os movimentos são formas de organização social, (...) que têm o espaço ou o território como trunfos, organizam suas formas e dimensionam-se a partir desse referencial. (p. 60-61)

A luta dos movimentos sociais do campo por esses territórios está diretamente relacionada com a luta pela terra e, conseqüentemente pela reforma agrária e democratização do acesso à terra, a partir da criação dos assentamentos rurais de reforma agrária. A mobilização e a organização social, o enfrentamento com os poderes políticos locais e nacionais, as disputas com o latifúndio e com o Estado, e os questionamentos das leis de propriedade são capazes de estabelecer territórios, delimitar regiões, criar fronteiras.

No entanto, a conquista dos movimentos sociais do campo é estabelecida a partir de uma forte luta organizada dos trabalhadores. Essa luta social pela terra e o seu resultado – a criação dos assentamentos – geram uma nova organização social, econômica e política. Martins (2000) ressalta que os projetos de assentamentos são uma verdadeira reinvenção da sociedade como uma clara reação aos efeitos perversos do desenvolvimento excludente e da própria modernidade.

Com isso, é importante compreender a atuação dos movimentos sociais rurais no Brasil e sua configuração espacial e territorial. Como afirma Gohn (2008): “(...) os movimentos sociais como expressões de poder da sociedade civil, e sua existência, independente do tipo de suas demandas, sempre se desenvolve num contexto de correlação de força social. Eles são, portanto, fundamentalmente processos políticos-sociais” (p. 251)

Formação dos Movimentos Sociais Rurais na Paraíba

Para definir o processo de atuação dos movimentos sociais rurais no estado da Paraíba, é importante compreender o processo de organização do trabalho a partir da economia vigente na Paraíba e a organização dos trabalhadores na luta por melhores condições no campo.

Segundo Duarte (2009) é a partir do desenvolvimento do processo econômico, que torna-se necessário compreender o que se entende por trabalho em meio a essa esfera em que

posiciona-se o trabalhador no espaço rural. Marx afirma que o trabalho não é a fonte de riqueza, mas sim a natureza, da qual nos dá condições de usufruir e explorar de acordo com cada um de nossos interesses. Além disso, ele enfatiza que o trabalho não é algo imposto por essas condições colocadas na nossa sociedade, é uma manifestação de uma força natural, a força do trabalho humana.

O que queremos mostrar com isso? Que as relações de trabalho são naturais aos seres humanos como forma de sobrevivência em meio à vida. Porém, o trabalho imposto, o trabalho explorado, aquele trabalho em que são usadas as dificuldades que a própria sociedade capitalista impõe ao trabalhador e o força a deixar de ser trabalhador para si e passa a ser trabalhador para um sistema opressor. Assim, é o que faz tentarmos compreender as formas de trabalho existentes hoje em meio ao mundo do trabalho e no caso específico às explorações em torno do trabalhador rural, que se vê forçado a usar sua força de trabalho para adquirir meios de sobrevivência, mesmo que isso exija dele condições degradantes e exploradas de vida.

Assim tentamos entender como na Paraíba, deram-se essas formas de organização do trabalho e esse início a exploração do trabalhador, justamente com o avanço e a introdução da produção de cana-de-açúcar. Em outras palavras: com a inserção do processo capitalista de produção da cana-de-açúcar, que dividiu economicamente o Estado em duas grandes regiões: a Zona da Mata açucareira e o Agreste e Sertão pecuarista.

Inicialmente, os Engenhos com o incentivo da produção em larga escala da cana-de-açúcar para a produção da rapadura, do açúcar mascavo e mais à frente da aguardente, começaram a necessitar de uma mão-de-obra numerosa. Com a crise açucareira, na segunda metade do século XVII, o acesso à mão-de-obra escrava passou a ficar escasso por falta de capital, já que ao escravo negro só tinha acesso quem detinha capital. Como solução, os senhores de Engenho passaram a fazer concessões aos camponeses nas suas terras, surgindo o sistema de moradores que viria depois a substituir o trabalho escravo.

Até então, existia uma forte relação de dependência por parte dos camponeses na região. Não se baseava numa típica relação assalariada, mas de uma troca de “favores” entre o dono da terra e o camponês. Porém, com o incentivo a expansão canavieira e da pecuária, a dominação do capital passou a se fazer presente no processo produtivo agrícola do Estado e com isso, novas formas de relações de trabalho passaram a surgir no campo.

Surge uma nova classe e um novo tipo de dependência do homem, não mais camponês e sim trabalhador, aquele cuja sua força de trabalho será o seu principal meio de

fonte de renda e usada de acordo com os interesses que o sistema de produção necessita de cada força de trabalho.

É justamente, nessa nova condição de trabalhador, que surgem não só na Paraíba, mas a nível nacional, uma nova consciência: a consciência de que como trabalhadores como detentores do que se faz necessário para que a transformação do que da terra está sendo explorado e usado como fonte de valor por cada dono da terra, uma melhor condição e valorização por parte dos patrões perante seus trabalhadores. Surgem os movimentos sociais de luta e o movimento sindical rural.

Oliveira (2010) ressalta que no estado da Paraíba a partir dos anos de 1950, os trabalhadores se organizaram através das Ligas Camponesas Paraibanas e em 1954, destaca-se a Liga de Sapé sobre lideranças como João Pedro Teixeira. As Ligas se espalharam pelo Litoral, pela Várzea, pelo Brejo e pelo Agreste da Paraíba e se organizaram em vários municípios. Em 1961, foi criada em João Pessoa a FETAG-PB (Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba), conhecida como a Federação das Ligas Camponesas da Paraíba, constituído por dezoito Ligas, o seu presidente foi Francisco de Assis Lemos, e como vice, João Pedro Teixeira. (...) Porém, os usineiros e latifundiários incomodados com as denúncias e o crescente sucesso das ligas, começaram a usar de violência para amedrontar os camponeses. Nesse mesmo período, a Igreja Católica se tornou uma forte aliada aos usineiros e latifundiários contra as Ligas Camponesas e contra os sindicatos criados pela esquerda (Oliveira, 2010 *apud* Pereira 2009).

Em 1964 com a repressão militar, muitos camponeses que faziam parte das Ligas foram dispersados e muitos presos, torturados ou desaparecidos. Mesmo assim, o “espírito” de resistência adquirido durante as Ligas permaneceu e entre as décadas de 1970 e 1980, as lutas o campo passaram a se organizar novamente e dessa vez com a ajuda da Igreja Católica.

A formação e a atuação da Comissão Pastoral da Terra e sua singularidade na Paraíba

A partir da década de 1970 e 1980, a Igreja torna-se presente acerca da problemática da questão agrária no país e visualiza os problemas da luta pela terra como algo relacionado à humanidade do homem, como um problema de ética, de política, de sociedade e da própria pastoral. Como afirma Coelho (2012):

(...) o apoio aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e às comunidades indígenas estavam pautadas na questão de que “a terra era um dom de Deus a todo homem”. (...) É nesta perspectiva que a Igreja, junto às pastorais populares iria trabalhar, legitimando a luta pela terra, sendo ela um meio para alcançar a terra prometida por Deus. (p. 179)

Com isso, surge um embate entre Igreja e Estado e suas diferentes visões do que se define como propriedade. A Igreja entendia que a terra/propriedade era um bem de todos e, que a expropriação de milhares de camponeses e povos indígenas e o latifúndio eram inadmissíveis. Como Coelho (2012) ressalta que “a luta pela reforma agrária passaria a ter a conotação da luta contra a “negação do homem”. Logo, lutar pela terra seria lutar pela liberdade da pessoa humana.” (p. 181)

A partir dessa nova forma de pensar e atuar da Igreja que surge a Teologia da Libertação, que iria fornecer a base teórica para os trabalhos das Pastorais Populares do campo e da cidade. A Teologia da Libertação surge como uma opção preferencial pelos pobres. Como define Coelho (2012):

Nesta teologia, a própria concepção de “pobre” transformou. Sob a ótica tradicional da Igreja, os pobres eram vistos apenas como “coitados”, dignos de uma atenção caridosa por parte do clero e dos mais abastados. Já na ótica da Teologia da Libertação, os pobres são agentes de sua própria libertação, sujeitos de sua própria história. Ou seja, através de suas reflexões e de seu engajamento em todos os níveis é que conseguira conquistar sua libertação. Resumindo, deixariam a opção da passividade e conformismo e assumiriam sua posição enquanto sujeito ativo da história. (...) A Teologia da Libertação direcionava o seu olhar para os oprimidos, sendo que a libertação proposta por esta teologia deve acontecer nos mais variados aspectos: econômicos, social, político e religioso. (p. 181-182)

É a partir da Teologia da Libertação e sua base teórica que passam a ser inspirados diversos grupos religiosos, que passaram a desenvolver trabalhos junto aos trabalhadores rurais. Assim, surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se multiplicaram por todo o país na década de 1960 e desenvolveram várias atividades e estudos com os marginalizados do campo.

Na década de 1975, surge dentro da Igreja Católica a partir de uma minoria de religiosos progressistas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Como ressalta Coelho (2012):

(...) a CPT fazia questão de mencionar que sua atuação no campo era de contribuir na organização dos trabalhadores rurais, prestando assessoria jurídica e, na medida do possível, enquanto um organismo institucional muito relevante, mediar às negociações perante o Estado. Entretanto, a Comissão, e os seus representantes, sempre insistiam no fato de que a CPT não desejava coordenar os movimentos sociais no campo. Ela primava pela autonomia destes grupos, mesmo tendo uma atuação muito forte entre os mesmos. Para tanto, como órgão pastoral, declarava que não pretendia “fazer da CPT uma forma de organização de todos os agricultores, mas que ela ajude a criar formas autônomas de organização, onde todos, sem distinção de crença, estejam unidos nos mesmos interesses de classe. (p. 185)

A CPT define-se como um movimento que tem como objetivo a defesa dos direitos dos trabalhadores a terra e a preocupação de desenvolver alternativas para que os agricultores permaneçam na terra. Isso é bem definido em CPT (2012):

A ação da CPT junto aos trabalhadores rurais se dá em diversos âmbitos. A que ganhou maior destaque foi à defesa do direito dos trabalhadores a terra, sobretudo posseiros e sem-terra. Só que a democratização do acesso a terra passa pela quebra do latifúndio, por isso, a CPT sempre defendeu e se envolveu diretamente com as diversas lutas e manifestações em favor da Reforma Agrária.

A CPT também se preocupa com a permanência do agricultor na terra, por isso, desenvolve ações na busca de alternativas de sobrevivência para o homem e a mulher do campo, apoiando iniciativas e políticas agrícolas neste sentido. O uso da terra, contudo, deve sempre vir acompanhado com a defesa do meio ambiente. A CPT ainda tem centrado sua atenção na produção orgânica e ecológica, na convivência respeitosa com os diversos ecossistemas e no combate ao desmatamento indiscriminado, às queimadas e ao uso de agrotóxicos.

Nestas atividades, a CPT caminha com os diversos movimentos sociais do campo, apoiando suas ações e se somando a eles em suas lutas e reivindicações.

Na Paraíba, essa atuação da Igreja no campo vem tomando uma forma comprometida através da tentativa de reorganização da Ação Católica Rural (ACR), mas é com a chegada de Dom José Maria Pires em 1966, que iniciou-se uma reformulação na ação pastoral que marca até os dias de hoje. Como ressalta Moreira e Targino (1997):

A postura da CPT na Paraíba tem-se pautado na defesa intransigente dos pobres da terra. Seu trabalho não se resume ao simples “apoio à luta”. Ele é bem mais amplo e embute: a prestação de serviço de assessoria jurídica; a denúncia de violência; o acompanhamento quase diário dos trabalhadores em conflito; a divulgação dos fatos em nível local, nacional e internacional; a organização das romarias da terra; o trabalho de formação da consciência política dos trabalhadores e uma assistência infra-estrutural por ocasião dos acampamentos, além de assistência médica e cobertura financeira quando se faz necessário. (p. 306)

Na CPT – PB, encontram-se muitos religiosos adeptos da Teologia da Libertação, o que justifica essa postura mais radical e intransigente no estado diante da problemática da luta e permanência na terra. Como afirma Mitidiero Junior (2008):

No desenrolar das ações da CPT na Paraíba, criou-se uma tensão muito peculiar a essa pastoral e outras pastorais pelo Brasil: a tensão entre o papel pastoral, evangelizador e profético, e o papel político e territorial. (...) Com uma postura muito bem resolvida diante dessa tensão, os clérigos da CPT-PB serenamente encontram, tanto nos atos religiosos como nas manifestações dos camponeses, o caráter pastoral de sua existência, contanto que essas ações estejam fundamentadas no sentimento de libertação e autonomia o povo na realização desse processo. (p. 324-325)

É importante que a CPT tem uma forte crítica ao agronegócio e uma preocupação com os assentamentos rurais. Como Mitidiero Junior (2008) ressalta que identificam-se assim novos eixos e novos objetivos na atuação da Pastoral da Terra em tempos atuais, como: a prioridade no acompanhamento das áreas conquistadas, elaborando foras alternativas de produção e comercialização nos assentamentos; investimentos na capacitação e qualificação dos trabalhadores e o incentivo à formação constante do agente pastoral; o acompanhamento de conflitos; e, o fortalecimento da assessoria jurídica.

Dentro dessas ações identificadas na CPT-PB, a formação política e teórica dos

militantes contemplam problemáticas como a discussão de gênero. Como afirma Ferreira (2006), essa formação não parte apenas do entendimento de que a mulher está intimamente ligada à história da terra, mas na expectativa de que as lutas agrárias e das mulheres combinam-se e complementam-se.

Atualmente, a CPT-PB não tem uma comissão específica para assuntos relacionados a gênero e a mulher. Existem alguns agentes pastorais que trabalham junto às mulheres dentro dos acampamentos e assentamentos que a CPT acompanha no estado. Também ocorrem alguns cursos e encontros de formação que tem como objetivo informar o trabalhador sobre o contexto político em que se insere a sua realidade. Como ressalta Mitidiero Junior (2008) existem cursos que avançam por outras dimensões do cotidiano dos trabalhadores como a discussão sobre gênero e conseqüente formação de grupos de mulheres. (...) Encontro de mulheres como *“O papel das mulheres na sociedade e nas lutas”*, *“O dia das mães e a questão social, “O papel da mulher na família, na comunidade e na sociedade”* (p. 363).

Formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Coletivo de Gênero

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge na década de 1980 e na Paraíba como em todo Nordeste, encontram fortes resistências para se constituírem enquanto movimento social. Foi em 1985, após o Primeiro Congresso do MST, que houve a disposição para fundar o movimento no estado da Paraíba (Oliveira 2010 *apud* Fernandes 1999). Entre 1986 e 1987 foram várias as discussões a respeito da articulação dos sem-terra com sindicatos e trabalhadores rurais. Dessas articulações criou-se a Secretária Estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na Paraíba. (Oliveira 2010 *apud* Lazaretti 2007).

O MST é um dos grandes responsáveis na forma de se organizar e no processo de politização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que lutam pela Reforma Agrária e dos assentados na Paraíba. Segundo Oliveira (2010, *apud* Secretária Estadual do MST – Paraíba 2010) o MST ele é organizado em Brigadas Regionais e tem como objetivo organizar a militância em grupos territoriais, pensando a brigada em um corpo autônomo que tem seu próprio poder de decisão.

Dentro desse processo de politização do MST, existe a particularidade da discussão e problematização da mulher enquanto assentada, acampada, militante, esposa e mãe. Com isso, forma-se o Coletivo de Gênero do MST que tem sua gênese dentro desse movimento de

oposição e como afirma Valenciano (2006), esse movimento por sua vez mantém justamente vínculos com grupos de iniciativas populares que compartilham um enfoque ideológico que privilegia o confronto com o Estado e os grupos representantes de latifundiários e, a organização da classe trabalhadora.

Valenciano (2006) ressalta que:

As mulheres ligadas ao Coletivo de Gênero do MST possuem uma estratégia de desafiar os papéis tradicionalmente identificados como sendo de mulheres, tentando construir novos espaços e socialização e participação política, além de questionar outros assuntos que envolvem a classe trabalhadora na qual estão inseridas, como a criminalização de lideranças, lutas por melhores condições de moradia, saúde, educação, etc. (p. 38-39)

É importante ressaltar que a discussão de gênero no MST origina-se a partir da reflexão dos papéis específicos de homens e mulheres, construídos socialmente e que se reflete em preconceito contra as mulheres, das quais são alvos de uma formação conservadora, em termos como os costumes e a cultura que as oprime. Valenciano (2006) pode verificar diante da fala de uma militante do MST, que há uma resistência muito grande dentro do movimento com relação às discussões de gênero, considerada às vezes uma “perda de tempo”, ou assunto secundário dentro da pauta de discussões levadas a cabo pelo MST (p. 42).

Segundo Valenciano (2006, apud Fernandes 2000), a primeira manifestação de organização de mulheres surgiu no 1º Congresso do MST, no qual:

As mulheres compuseram a organização e iniciaram os trabalhos para a formação da Comissão Nacional das Mulheres do MST. Em março de 1986, conquistaram o direito de receberem lotes na implantação dos assentamentos, sem a condição de serem dependentes de pais ou irmãos. Nesse período, nos Estados, as mulheres sem-terra organizaram encontros para reflexão e avaliação das formas de participação na luta. (p. 43)

As mulheres do MST, mesmo estando em vários encontros nacionais e estaduais de mulheres e, participando das esferas de organização do movimento como os setores e instâncias. Valenciano (2006) ressalta que foi criado o Coletivo Nacional das Mulheres do MST, como mais uma atividade de organização do movimento e um espaço para debate sobre as ações das mulheres na luta pela terra e as relações sociais envolvidas nesses processos (p. 43)

Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (MMB) e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) na Paraíba– Uma discussão a partir do gênero

Como movimento mais significativo de mulheres na Paraíba, ressaltamos o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano (MMB), que surgiu em 1981 como setor de mulheres da Pastoral Rural e se constituiu em 1985 como movimento autônomo, abrangendo no seu interior várias mulheres. O movimento possuía sua coordenação própria e tinha como objetivo promover uma maior participação da mulher no movimento popular e sindical e enfrentar os problemas específicos da mulher (relação homem/mulher, família, saúde da mulher, educação sexual, etc) ³.

Sobre o trabalho feito com as mulheres dentro e fora dos sindicatos, a ex-coordenadora do MMB, em entrevista dada durante o nosso trabalho de campo, ressalta que:

Era importante companheira, naquele tempo as mulheres até quando se filiavam tinham na carteira como profissão doméstica. Nós lutávamos pelos direitos da mulher, pelos direitos do trabalhador, nós não lutávamos unicamente pela mulher porque nós tínhamos um compromisso unificado, aonde tivesse uma luta do trabalhador, nós estávamos ali.

Ou força trabalhadora ou trabalhador, nós estávamos. E então: nós estávamos em ação.

(Ex-coordenadora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano.

Fonte: Alagoa Grande, julho de 2009).

Podemos notar que o movimento denominado como de mulheres, não tinha como objetivo específico apenas à luta por melhores condições das mulheres, mas da classe trabalhadora como um todo. Para o MMB na época a luta por direitos iguais entre homens e mulheres não era apenas a única característica, mas, fazia parte do contexto de luta, de representação de classe em que já vinha sendo pregado desde a época de Margarida.

Maria da Penha do Nascimento foi fundadora do MMB e atuava ao lado de Margarida Maria Alves no sindicato de Alagoa Grande. Foi integrante da Comissão Estadual de Mulheres da CUT - PB e candidata, a vereadora, algumas vezes, pelo Partido dos Trabalhadores. Sobre a trajetória de vida, Ferreira (2006) ressalta que:

³ Informações retiradas de NOBRE, G. F. A trajetória do sindicalismo rural na Paraíba. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Campina Grande/PB. Campina Grande, 1990, p. 186.

A produção de textos escritos por Penha pode ser considerada vasta. Escreveu vários textos sobre as ações de resistência ao latifúndio, em especial após a morte de Margarida. Lançou livros: *Violência Rural e Reforma Agrária*, e *Porque Trabalhar com Mulheres*, em parceria com outros autores e entidades.

A sua preocupação com registros escritos, também, se estendia à construção de acervos e bibliotecas nos sindicatos. Da sua atuação militante estava convencida de que a prática da luta cotidiana era a melhor arma, quando costumava falar: “Só quem luta é que sabe a dor que a gente sente”. Em sua frase está contida uma reflexão, a do aprendizado com a essência de *experiência* entrelaçada ao sentimento de quem conhece que primeiro vem à *luta* como anunciante e, portanto, a formadora de *classe*. (p. 92-93)

Em sua participação no 3º Congresso Nacional dos/as Trabalhadores/as Rurais (CNTR), em que seu garantiu definitivamente a participação das mulheres trabalhadoras rurais como sujeito no cenário político e sindical, que Maria da Penha fez-se figura importante como representante da classe feminina trabalhadora rural do município de Alagoa Grande - PB. Nesse 3º CNTR, incorporaram como pauta principal para as primeiras reivindicações das trabalhadoras camponesas assalariadas, como ressalta Ferreira (2006):

A luta por um salário mínimo melhor que garantisse uma vida digna para o/a trabalhador/a e sua família, por um salário igual para trabalho de igual valor e pelo reconhecimento dos trabalhadores em sítios e chácaras como da categoria trabalhadora rural e não trabalhadores domésticos [...].

As proposições aprovadas em plenário defendiam alteração na legislação então em vigor, a fim de que fosse concedida, aos trabalhadores rurais, aposentadoria por velhice, aos 55 anos, quando homens, e aos 50 anos, quando mulher. E mais: que a aposentadoria por invalidez, o auxílio-funeral e a pensão por morte fossem concedidas à mulher ou companheira do trabalhador rural.

Inicia-se a luta em defesa do salário maternidade para as mulheres trabalhadoras camponesas. Essas proposições aparecem entre as reivindicações de auxílio-doença, salário-família, auxílio-reclusão. Aparece também a reivindicação de amparo à esposa ou companheira do trabalhador rural e seus filhos menores, desde que trabalhem em regime de economia familiar ou sob forma assalariada. (p. 56-57)

Após o 3º CNTR, Ferreira (2006) ressalta que, o MTTR passou a desenvolver várias mobilizações e manifestações para garantir as conquistas obtidas, mesmo após a promulgação da Constituição Federal, em 1988. Entre essas conquistas, destacaram-se:

Reconhecimento da participação da mulher no processo produtivo e não mais dependente do marido, aposentadoria por idade diferenciada para

homens aos 60 anos e mulheres aos 55, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria e pensões pagas com o valor do salário mínimo vigente no país, FGTS com multa de 40 % nas demissões sem justa causa, contratação individual, sindicalização da mulher trabalhadora rural, estabilidade no emprego ao delegado sindical e sua família que trabalha no mesmo local, seguro-desemprego, salário de igual valor para o mesmo trabalho, igualdade de oportunidades e de salários entre mulheres e homens, licença maternidade de 120 dias com salário integral e serviços leves para as gestantes assalariadas rurais, bloco de notas de comercialização emitido em nome da mulher e do homem, indenização do governo às viúvas e familiares das lideranças sindicais assassinadas durante a ditadura militar e o aumento no pagamento dos programas de emergência nas regiões de seca (p. 58)

A inserção das mulheres na luta política e cada vez mais consolidada, um reflexo das propostas dos movimentos sociais rurais que representavam certa autonomia construída na organização das mulheres, que por consequência, simbolizavam a conquista da classe trabalhadora. Ferreira (2006) ainda ressalta que:

Foram várias as atividades que contribuíram substancialmente para qualificar e articular as ações políticas das mulheres, na perspectiva de se assumirem enquanto sujeito políticos e, conseqüentemente, enquanto dirigentes das organizações sociais, partidos, parlamentos, dentre outras. (p. 61)

A conscientização política das mulheres foi o primeiro passo na compreensão da emancipação como trabalhadoras que o MMB trabalhou as mulheres na região do Brejo Paraibano. No município de Alagoa Grande - PB, o MMB organizava palestras com entidades acadêmicas e representantes políticos como a CUT, FETAG, entre outros. Havia reuniões semanais no STR Alagoa Grande, incentivando a participação das mulheres no meio sindical, tentando inserir-las no ambiente político e a retirando da alienação do ambiente familiar que as rodeava. Como lembra a ex-coordenadora do MMB:

Em um dos programas que tínhamos na rádio local, denominado Mulheres em Ação, em que debatía sobre o machismo, eu disse que o mesmo direito que a mulher tinha de lavar um prato o homem também tinha. Você tem duas mãos companheiros, Deus te deu duas mãos, assim como deu as mulheres duas mãos. Se essa mulher pega as duas mãos e usa o cabo da enxada para limpar mato e pega a foice para cortar lenha, bota o pote d'água com as duas mãos na cabeça, então ela tá fazendo serviço de homem. (Ex-coordenadora do MMB, Alagoa Grande, julho de 2009.)

Era justamente com esse discurso que as representantes do MMB tentavam conscientizar a mulher que sua condição abaixo do homem não era algo natural, algo que

significava uma lei da vida, mas sim uma condição imposta às mulheres por uma sociedade patriarcal e machista. Uns dos motivos que também dificultavam a inserção das mulheres aos sindicatos era o fato delas não saberem nem ler e nem escrever.

Questionamos a paralisação por parte do movimento de mulheres dentro do STR Alagoa Grande, a ex-coordenadora do MMB e a atual vice-diretora do MMTR, ambas entrevistadas no mesmo dia, afirmam que o problema não é do movimento em si, mas da falta de incentivo econômico por parte não só do sindicato, mas de outros órgãos. Sobre isso elas falam que:

Depois da morte da companheira Penha, que foi em 1992, a gente ficou em dificuldades financeiras, os projetos não eram apoiados, a gente enviava projetos para as entidades, mas voltavam negados. E a posição do sindicato no movimento foi neutra, a gente não teve apoio do sindicato depois da companheira Penha. [...] Hoje o sindicato tem condições porque ele recebe contribuições fixas e uma quantia alta, se comparado com antes. Na época, nos botamos carros de som, nas portas dos bancos, entre outros, comunicando a falta de interesse do sindicato e o por quê desse desinteresse. Só que existem assim opiniões e opiniões, o objetivo do movimento era um e o do sindicato era outra, completamente diferentes. (Ex-coordenadora do MMB e a atual vice-diretora do MMT, Alagoa Grande, julho de 2009).

Essa fase de crise do movimento de mulheres dentro da própria esfera sindical tem como primeira consequência o fim do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano (MMB). Assim, o MMB uniu-se desde o ano de 1994 ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), ampliando seu leque de atuação para 9 municípios paraibanos. Segundo Ferreira (2006):

Elas têm exercido um trabalho voltado para a educação das mulheres na perspectiva teórica feminista, objetivando a formação de quadro de militantes, contribuindo com a pesquisa desenvolvida, entre outros meios, através da história oral. (p. 20)

Há um trabalho junto às mulheres, principalmente na elevação do nível de escolaridade das mulheres trabalhadoras rurais mais velhas, como relata a atual vice-diretora do MMTR, através de projetos junto a alguns professores da Universidade Federal da Paraíba – Campus João Pessoa. Porém, tais projetos feitos pelo MMTR também são alvos de muitas dificuldades justamente por conta da questão financeira.

Considerações Finais

Para homem do campo, a terra representa não apenas a possibilidade de sua sobrevivência, mas também a garantia de poder permanecer com sua família no seu local de origem, livre da sujeição do cambão ou trabalho alugado. A terra constitui ainda para o camponês o único bem e a única herança passível de ser deixada para a família. Em outras palavras, a terra confere dignidade ao pequeno produtor. (Moreira e Targino, 1997, p. 295)

Nesses resultados preliminares de pesquisa, onde tentamos compreender o processo de formação dos movimentos sociais (como MST, MMB e MMTR) e organizações políticas (como a CPT), identificamos que a um objetivo em comum a todos eles: a luta pela terra e pela permanência na terra. A necessidade organização e de formação política aos trabalhadores e trabalhadoras rurais é o que faz a necessidade de melhor organização de todos os trabalhadores em torno da luta contra o capital e contra o avanço do capital, que trás como consequência a miséria aos expropriados do seu meio de trabalho: a terra.

Também é necessário a compreensão dos papéis que os sujeitos e sujeitas exercem no seu âmbito social, político e familiar. A compreensão do que seja essa opressão de gênero vai além de ser apenas uma questão de homem ou mulher, mas parte da reflexão enquanto sujeitos e sujeitas para uma emancipação política e social e, a necessidade de unir forças, independente do sexo.

Por isso, fez-se necessário entender como esses movimentos populares também se espacializam e/ou se territorializam a partir da discussão de gênero, quais são suas políticas e como as fazem.

Referências Bibliográficas

COELHO, F. **Para além do espiritual: reflexões sobre Igreja e trabalhadores rurais sem-terra (1970-1980)**. In: Revista Angelus Novus, n. 3, 2012.

CPT. **Os vários significados da terra**, 2010. Disponível em <http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-eixos-de-acao/terra>. Acessado em 19/09/2012.

DUARTE, E. L. **Questão Agrária e Movimento Sindical: As mulheres trabalhadoras rurais do município de Alagoa Grande – PB. 2009. 135 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.**

FERNANDES, B. M. **Movimento social como categoria geográfica**. In: Terra Livre, N. 15: 59-86, 2000.

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: Revista Nera, Ano 8, n.6: 14-34, 2005.

FERREIRA, A. P. R. de S. **Margarida, Margaridas**: Memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. 7ª edição. São Paulo: Loyola, 2008.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. 5ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples**: Cotidiano e história na sociedade anômala. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, K; FRIEDRICH, E. 1818-1883 **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2008. 136p.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **A ação territorial de uma igreja radical**: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba. 2008. 501 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOREIRA, E; TARGINO, I. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: EdUFPB, 1997. 332p.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

_____ **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____ **A longa marcha do campesinato brasileiro**: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: Estudos Avançados, Vol. 15 (43): 185-206, 2001.

OLIVEIRA, M. E. B. de. **Terra, trabalho e escola**: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado e Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

PRADO JÚNIOR, CAIO. **História econômica do Brasil**. 41ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VALENCIANO, R. C. **A Participação da mulher na luta pela terra**: discutindo relações de classe e gênero. 2006. 143f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.